

## JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E LUTA POR DIREITOS

Autora: Maria Isabel Silva Bezerra Linhares (Doutorado em Sociologia/UFC; Grupo de Estudos e Pesquisas em Culturas Juvenis - GEPCJU/UVA)  
Co-autora: Nadja Rinelle de Oliveira (Mestrado em Educação/UFC; Grupo de Estudos e Pesquisas em Culturas Juvenis - GEPCJU/UVA)

O presente ensaio teve como objetivo tecer algumas considerações acerca da temática da participação juvenil, por ocasião da III Conferência Municipal de Juventude ocorrida no município de Sobral-Ceará, em outubro de 2011, cujo tema central foi: **Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos**: Conquistar direitos, desenvolver o Brasil. Na ocasião, como integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis (GEPCJU), surgiu o convite, para que pudéssemos, tanto nas pré-conferências como na própria conferência, construir junto com os sujeitos lá presentes, diretrizes e proposições para a formulação de políticas públicas para a juventude sobralense. Instigadas por questões já levantadas em nossos estudos e envolvidas pelas falas dos jovens, nos referidos momentos, fomos instigadas a formular a seguinte questão, que serão problematizadas no decorrer do artigo: Como se dá a participação dos jovens no âmbito das políticas públicas e demais espaços de expressão política na realidade sobralense? De que modo a juventude pode participar desse novo ciclo de desenvolvimento em curso? Se cabe ao Estado propiciar condições de ascensão social e garantir direitos específicos, pergunta-se: quais meios, diretos e condições poderão tornar a vivência da condição juvenil uma trajetória de emancipação? Entendemos que esta conferência serviria ao objetivo de aprovação de uma plataforma política, que integraria um conjunto de diretrizes que deveria compor as referências para o avanço dos Marcos Legais de Juventude e elaboração de políticas de juventude, de modo a serem inscritas na agenda estatal, pressupondo-se uma ampla participação dos jovens nas suas mais diversas formas de organização. No entanto, surpreendidas por uma grande quantidade de jovens inseridos no momento da conferência, algo nos chamou atenção, fazendo com que levantássemos outra questão: a maior parte deles participavam das atividades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), ou seja, esses jovens que estiveram presentes nesta conferência estavam realmente vivenciando uma trajetória de emancipação, em busca de seus direitos? Essa e outras inquietações nos assaltaram em muitos momentos nesta trajetória, mas aqui nos deteremos em apresentar e analisar os encaminhamentos e propostas pactuadas no desenvolvimento da conferência, cujas propostas são desafiadoras do ponto de vista de sua implementação, especialmente quando não correspondem aos reais anseios e necessidades da juventude, comprometendo os canais de participação democrática na luta pela efetivação dos direitos.

**Palavras-chave:** Juventude. Participação política. Direitos.